



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0012712-51.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão / Resolução**
 Requerente: **MARIA ELOISA DE CARVALHO FONSECA**
 Requerido: **LADISLAU CURSOS DE APRENDIZAGEM E TREINAMENTO GERENCIAL E PROFISSIONAL LTDA ME (MICROLINS)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter celebrado contrato com o réu referente a curso de computação para seu filho.

Alegou ainda que seu filho somente frequentou as aulas por um mês tendo em vista que a prestação dos serviços não foi a contento.

Tentou cancelar o contrato mas não teve êxito tendo em vista cobrança de multa com o que não concordou e posteriormente teve seu nome inscrito no banco de dados das instituições de proteção ao crédito.

Almeja a rescisão do contrato e a inexigibilidade do débito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse status em relação ao réu, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não demonstrou satisfatoriamente que os fatos não se deu como alegou a autora.

Em contestação genérica, limitou-se a impugnar o pleito da autora, tendo em vista que cumpriu todas as obrigações a que se comprometeu.

Apresentou pedido contraposto visando à condenação da mesma ao pagamento de valores em aberto.

Reunia plenas condições técnicas para tanto, inclusive demonstrando que o curso ministrado não teve as consequências relatada pela autora, mas deixou de fazê-lo

Impunha-se-lhe como fornecedora dos serviços adotar mecanismos seguros e eficientes na sua prestação, o que não aconteceu.

Resta clara a partir do quadro delineado a negligência da ré na espécie.

Assentadas essas premissas, conclui-se que a declaração da rescisão do contrato sem ônus para a autora e a inexigibilidade do débito é de rigor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO E PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato firmado entre as partes, sem qualquer ônus para a autora, bem como declarar inexigível qualquer débito dele decorrente, tornado definitiva a decisão de fls. 8/9, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

São Carlos, 12 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**